

NOTÍCIAS AFRICANAS

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL 20 A 26 DE SETEMBRO DE 1993

ANGOLA

Delegação da Unita tenta evitar isolamento

Enquanto no campo militar permanece a espera de um significativo avanço das forças governamentais, fruto dos armamentos e do treinamento obtido através de inúmeros acordos nas últimas semanas, no campo político-diplomático as atenções estiveram voltadas para o deslocamento de uma delegação da Unita a Portugal capitaneada pelo chefe do Estado Maior das FALA, Arlindo Chenda Ben-Ben.

A viagem da delegação foi anunciada pelo próprio Savimbi através de telefonemas ao presidente de Portugal, Mário Soares, e ao secretário geral da ONU, Butros-Ghali, o que gerou um agravamento na já delicada relação entre a Unita e o governo português, que mais uma vez não fora consultado. Em resposta ao esquecimento da Unita, o governo português não proporcionou até o momento um encontro oficial com a delegação, o mesmo acontecendo por parte dos observadores russo e norte-americano do processo de paz angolano.

É evidente que a Unita tenta, com essa delegação, confundir ainda mais o processo e diminuir os efeitos negativos causados pelo isolamento inter-

nacional. Esse quadro foi ironicamente descrito por Vicente Jorge Silva, para quem "a Unita descobre uma súbita vocação pacifista nas vésperas de uma reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que, segundo todas as previsões, deverá condenar em termos muito duros a atuação daquele movimento". Esse parece ser o fator que levou a Unita a essa manobra para desamar os ânimos de seus condenadores internacionais.

As propostas apresentadas pela delegação confirmam essa interpretação de que se trata, na verdade, de um "jogo de cena" da Unita, visto que não surgiu nada de novo. O pior para o movimento liderado por Savimbi é que dessa vez a manobra não sensibilizou nem os observadores, nem o próprio articulador da ONU, Alioune Beye. Muito pelo contrário, causou certa irritação entre os envolvidos no processo de negociação, por ter transferido as atenções para um local diferente daquele em que se acertava a possibilidade de mais uma rodada de negociações. Segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, os esforços de mediações "não devem

ser prejudicados por eventuais propostas apresentadas fora das sedes próprias de negociação ou por quaisquer campanhas de diversão ou de mera propaganda". Apesar dos ressentimentos entre o governo português e a Unita, esse parece ser o tom da resposta dos observadores internacionais à manobra do movimento rebelde.

A situação de Jonas Savimbi no campo diplomático agrava-se com o decorrer do conflito. No entanto, qualquer alteração em sua estratégia só ocorrerá de forma apressada caso a anunciada virada militar do MPLA, em decorrência dos apoios logísticos que tem recebido nas últimas semanas, tome-se efetiva, proporcionando perdas sensíveis à Unita. O movimento de Jonas Savimbi, assim como ele próprio, certamente entenderá de forma mais rápida a linguagem da guerra, infelizmente, pois essa postura tem produzido um recrudescimento do apetite militar de alguns membros do governo, adiando ainda mais uma solução negociada.

Marcelo Bittencourt

NESTA EDIÇÃO

MOÇAMBIQUE

- Acordo sobre polícia e governadores (Pág. 2)
 - O fim do princípio (Pág. 2)
 - Soluções precisam-se (Pág. 3)
 - Chissano e Dhlakama concluem acordo (Pág. 3)
 - Nem tudo são rosas (Pág. 4)
- #### CABO VERDE
- PAIGC vai perder as eleições de 1994 (Pág. 4)
- #### ÁFRICA DO SUL
- Mandela pede fim das sanções (Pág. 5)
 - 'Diplomacia paralela' na África do Sul (Pág. 6)
 - Novo acordo na África do Sul (Pág. 6)

- Walvis Bay devolvida à Namíbia (Pág. 6)
 - Parlamento aprova transição (Pág. 7)
 - Welcome back (Pág. 7)
 - What are the american doing? (Pág. 8)
 - Aviso a Mandela (Pág. 8)
- #### ANGOLA
- Zaire queixa-se da Marinha de Angola (Pág. 9)
 - 96% da população gostaria de ser independente (Pág. 9)
 - O telefonema que nunca existiu (Pág. 10)
 - Unita começa por Soares (Pág. 10)

- Soares sim, governo não (Pág. 11)
 - 'Suspense' até o fim (Pág. 11)
 - Palavras de paz, acções de guerra (Pág. 12)
 - Razões para falar (Pág. 12)
 - Mais um fax misterioso (Pág. 13)
 - Portugueses feridos no Cuíto (Pág. 13)
 - PS: não a encontro formal (Pág. 14)
 - PCP critica Soares... (Pág. 14)
 - e CDS ataca MNE (Pág. 14)
 - Nova proposta da Unita viabiliza Bicesse (Pág. 14)
- #### SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
- Trovoada recebe emissário de Savimbi (Pág. 13)

Acordo sobre polícia e governadores

PÚBLICO, 29 93

COMO FORMA de garantir a imparcialidade da administração territorial em todo Moçambique até às eleições, o Governo concordou em nomear três assessores da Renamo para cada governador provincial. Trata-se da primeira medida concreta saída do crucial encontro que o Presidente Chissano vem mantendo há uma semana com Afonso Dhlakama no Clube Militar de Maputo.

Falando aos jornalistas na madrugada de ontem, à saída da sexta sessão de negociações, iniciada a sós e prosseguida com a presença das delegações, Chissano e Dhlakama anunciaram ainda ter alcançado consenso quanto às garantias de neutralidade da polícia.

Relativamente à independência da comunicação social, o terceiro ponto da agenda, a Renamo e o Governo não chegaram a acordo, remetendo para a sessão seguinte a busca de soluções.

Explicando o papel dos assessores, Joaquim Chissano precisou que eles não serão membros do governo provincial, mas funcionários trabalhando junto dos governadores para a integração das zonas da Renamo na administração geral. Na ocasião, o Presidente moçambicano anunciou também a nomeação de responsáveis da Renamo para o exercício da administração local nas zonas sob controlo do movimento.

Na mesma ocasião, Afonso Dhlakama mostrou-se satisfeito com os acordos alcançados e desejoso de os ver postos em prática.

"Vamos experimentar", disse o líder da Renamo. Se funcionar, será possível encarar então a grande questão do acantonamento das tropas. Contudo, a Renamo deseja que no final deste encontro seja assinado um documento de compromisso garantindo a aplicação no terreno das medidas agora tomadas no

Clube Militar.

Relativamente à polícia, Joaquim Chissano revelou que vai ser solicitado à ONU o envio de um contingente para enquadrar a actividade das forças policiais moçambicanas, por forma a criar o clima de confiança que a Renamo pretende.

Esse contingente participaria igualmente no processo de formação das forças de segurança pública, com particular incidência na Polícia de Intervenção Rápida, uma unidade de choque cuja actuação tem sido alvo de frequentes queixas de brutalidade.

O único tópico que não produziu resultados claros foi o da comunicação social. Chissano repetiu que o movimento de Afonso Dhlakama pretende ver activado o papel do Conselho Superior de Comunicação Social, de modo a garantir uma informação mais eficaz e isenta.

Dhlakama confirmou as palavras do Presidente Chissano,

dizendo: "Queremos que o Estado não controle a independência dos órgãos de comunicação estatais". Neste momento, uma boa parte da informação estatal encontra-se em fase de reprivatização, como é o caso dos quatro títulos publicados pela Sociedade de Notícias, mas o Governo controla ainda a única rede de radiodifusão, a Rádio Moçambique, e a TVM, um dos dois canais televisivos do país.

O Presidente Chissano já declarou concordar com a Renamo quanto à independência informativa, afirmando: "Nós queremos uma imprensa livre". Contudo, eventuais medidas de enquadramento informativo, embora alegadamente destinadas a garantir a liberdade de imprensa, são vistas por muitos jornalistas como outras tantas ameaças a essa mesma liberdade. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

O fim do princípio

PÚBLICO, 4 9 93

CHISSANO e Dhlakama "acabaram o princípio do diálogo", rubricando ontem um documento final que dá à Renamo as garantias que pedia para avançar no processo de paz. Este "encontro de irmãos" poderá garantir finalmente a paz para Moçambique, um país dilacerado por quase 30 anos de sucessivas guerras.

O documento final refere-se aos dois "pontos de consenso" do encontro: a administração territorial e a polícia. Quanto ao terceiro ponto da agenda, relativo à actuação da Comunicação Social, a reunião não produziu resultados e a matéria foi remetida para posterior abordagem.

No sentido de garantir uma administração imparcial, serão nomeados três assessores da Renamo para cada um dos governadores provinciais. Sem integrarem o governo provincial, funcionarão no sentido de viabilizar a integração das zonas controladas pela Resistência na administração geral do Estado. Foi decidido igualmente que o Governo nomeará responsáveis da Renamo para exercer a administração local naquelas zonas.

Relativamente à polícia, foi acordado o pedido de envio de um destacamento da ONU para "monitorar" a ac-

tuação das forças policiais moçambicanas e colaborar na sua capacitação policial. A Renamo mostrara-se particularmente preocupada com o futuro da polícia de intervenção rápida, uma brigada de choque com um historial de grande dureza em greves e manifestações pacíficas, assim como em concertos e jogos de futebol. O documento responde a estas inquietações indicando que deverá proceder-se à "clarificação da vocação e finalidade" daquela força policial, bem como ao seu enquadramento e formação pelo contingente da ONU.

Clima de optimismo

Ontem, na conferência de imprensa que marcou o fim do encontro, os dois dirigentes mostraram-se satisfeitos. Chissano garantiu: "Aquilo que nós decidimos vai ser implementado". Esta afirmação do Chefe do Estado vem confirmar o clima de optimismo que os moçambicanos sentiram ao longo destes dias face aos importantes progressos alcançados por dois políticos que projectaram uma imagem de boa vontade e de seriedade além das melhores expectativas.

O encontro entre os dois dirigentes era visto como in-

dispensável para se poder ultrapassar os obstáculos que entravam a progressão do trabalho a nível de comissões. Emblemática deste impasse tem sido a actividade da reunião multipartidária para elaboração da futura lei eleitoral. O anteprojecto apresentado pelo Governo tem sido objecto de violentas disputas entre a Frelimo, a Renamo e os partidos da oposição não-armada. Ao cabo de cinco semanas de debates, marcados por sucessivos adiamentos e interrupções, os delegados parecem irremediavelmente bloqueados no artigo referente à composição da Comissão Eleitoral, o décimo sexto de quase 300 que o anteprojecto inclui.

Datas em dúvida

Estes atrasos têm causado viva irritação entre os financiadores do processo de paz, que insistem em ver respeitado o calendário estabelecido. Outubro de 1994 é ainda a data oficial de realização das eleições presidenciais e legislativas, mas poucas pessoas acreditam que ela possa ser respeitada. As dificuldades encontradas pela multipartidária também estão a produzir efeitos negativos na opinião pública, que começa a encerrar com descrença a futura Assembleia Nacional ocupada por tão conflituosos políticos.

Melhor que os políticos têm-se comportado os milita-

res. Desde os primeiro contactos, os oficiais de ambas as partes têm trabalhado num ambiente franco, alcançando resultados palpáveis. Os primeiros instrutores do futuro Exército unificado já estão a receber treino conjunto em Nyanga, no Zimbábue, e os oficiais britânicos que estão a dar-lhes instrução manifestam-se satisfeitos com o clima de confiança entre os homens de um e outro lado. Contudo, a Resistência mantinha-se reticente em acantonar e desmobilizar os seus efectivos sem prévias garantias de imparcialidade da administração, da polícia e da Comunicação Social.

A resolução desta questão impunha um encontro de cúpula e Afonso Dhlakama começou a ser fortemente instado a deixar a base central da Renamo e viajar até Maputo, para se encontrar com o Presidente Chissano. Mas a viagem foi sucessivamente adiada durante meses, sob vários pretextos. Primeiro, foi a "questão das casas". A Renamo rejeitou várias casas disponibilizadas pelo Governo para alojar o seu chefe, embora as conservasse para outros dirigentes. Curiosamente, quando Dhlakama visitou há dias uma dessas casas consideradas impróprias, achou-a excelente, perguntando por que razão tinha sido rejeitada. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

CIMEIRA CHISSANO/DHLAKAMA

SOLUÇÕES PRECISAM-SE

Moçambique continua suspensa à cimeira Chissano-Dhlakama. Aguardam-se soluções para a transição e pacificação do país.

● TERESA LIMA, em Maputo

SÁBADO, 3-9-93

Tudo indica que Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama se puseram de acordo para resolverem as questões a sós e não com a Imprensa. As declarações que fazem são poucas, sem detalhes e têm sempre a concordância dos dois.

Fontes próximas das conversações, que decorrem no Clube Militar, desde o dia 23 de Agosto, afirmam que o ambiente tem sido dos melhores. Primeiro foi o levantamento dos problemas no terreno, particularmente os que derivam das pretensões de dupla administração do território e do desejo da RENAMO de querer "ver pessoas imparciais" como governadores das províncias.

Inicialmente, Afonso Dhlakama havia condicionado a desmobilização dos seus homens à nomeação de membros da RENAMO para governadores de cinco províncias do país, nomeadamente Sofala, Manica, Zambézia, Tete e Nampula.

Círculos diplomáticos disseram à SÁBADO que o Governo até poderia chegar a um compromisso, nesta questão, exigindo por cada governador da RENAMO nomea-

do 25 por cento de tropas desmobilizadas.

Todavia, esta probabilidade viria a ser ultrapassada com a colocação à mesa das negociações da necessidade de uma administração imparcial e uniforme.

Chissano e Dhlakama chamaram esta semana a Maputo os governadores e os seus representantes provinciais, respectivamente, para em conjunto analisarem a situação actual e soluções práticas.

A RENAMO acusa o Governo de marginalizar os membros da RENAMO e de discriminação na distribuição da ajuda humanitária. Os governadores, por seu lado, têm dito que nenhum delegado da Renamo nas províncias apresentou, até ao momento, qualquer queixa.

Para o Presidente da República, o encontro tem corrido bem e "todas as partes estiveram dispostas a ouvir, por mais duras que fossem as verdades ditas."

Afonso Dhlakama quer garantias e não mudança de governadores; garantias concretas para poder desarmar os seus soldados. Uma fonte da ONUMOZ em Maputo disse

à SÁBADO que as Nações Unidas estão convencidas de que tanto o governo como a RENAMO vão tentar esconder o maior número de armas possível, daí a necessidade de se criar um clima político em que o seu uso seja completamente inútil.

Aldo Ajello, o representante de Boutros-Ghali em Moçambique, está confiante de que resultados concretos sairão da presente cimeira e que o encontro dos dois líderes venha a ter um carácter regular e permanente.

O mesmo já não acontece com a reunião de consulta do Governo com os partidos políticos sobre a lei eleitoral. Há um mês que se discute apenas um artigo, sem qualquer consenso: a composição da Comissão Nacional de Eleições. Se o ritmo continuar o mesmo, a multipartidária poderá vir a ser subalternizada pelo encontro cimeira Chissano-Dhlakama e a própria lei eleitoral ser aprovada pelos dois. A imagem de descrédito que a multipartidária está a dar dos partidos da Oposição poderá vir a reforçar a única alternativa que agora está a dar sinais de funcionar: o bipartidarismo. □

Chissano e Dhlakama concluem acordo

EXPRESSO, 4 9 93

Reinaldo Chilenge
correspondente em MAPUTO

O LÍDER da Renamo, Afonso Dhlakama, manifestou-se «muito satisfeito» após ter assinado ontem em Maputo com o presidente da Frelimo e da República, Joaquim Chissano, um acordo sobre a reintegração das zonas sob controlo do movimento rebelde na administração única do Estado, e constituição da polícia sob fiscalização da ONU. O acordo foi alcançado ao fim de 13 dias de negociações.

O documento estabelece as regras do jogo no processo de reintegração das zonas que ao longo dos 16 anos de guerra civil em Moçambique foram caindo em poder dos rebeldes.

Dhlakama afirmou, em conferência de imprensa, que só depois de «experimentado» o acordo, se poderá iniciar o processo de acantonamento e desmobilização das tropas do seu movimento e do Governo. «Não posso dizer exactamente; quem tem muito a fa-

zer é o Governo, que deve criar condições para esses assessores trabalharem. Eu posso apontar hoje mesmo as pessoas para esses cargos», disse Dhlakama, referindo-se à parte respeitante à administração do território.

Nesta matéria, o acordo prevê que a Renamo designe três elementos como assessores de cada um dos dez governadores provinciais de Moçambique, com a função de lhes dar «parcer» sobre a reintegração das zonas controladas pelos guerrilheiros. A Renamo indicará os seus responsáveis para as zonas que controla, a fim de serem formalmente nomeados para a administração do Estado, com tratamento igual aos seus colegas em funções nas áreas controladas pelo Governo. Um administrador ganha por mês em Moçambique 287.000 meticais (cerca de 13 mil escudos) e um chefe de posto tem um soldo de 120.500 meticais (cerca de 5500\$00).



As suas regradias e direitos incluem carro, casa, um efectivo mínimo de quatro assessores e reforma.

O secretário-geral da Renamo, Vicente Ululu, que várias vezes reivindicou o controlo pelas forças do seu movimento de 85 por cento do território, disse ao EXPRESSO, não dispor, no entanto, de um mapa específico dessas áreas. O ministro da Administração Estatal, Aguiar Mazula, por seu lado, contrariou a afirmação de Ululu, sustentando que a Renamo apenas controla sete dos 128 distritos e 37

dos 393 postos administrativos através dos quais se exerce a Administração. «Existem extensas áreas não controladas efectivamente por nenhuma das partes e só a entrada em funcionamento da Comissão de Administração Territorial dará o devido esclarecimento», acrescentou uma fonte daquele ministério.

Relativamente à polícia, o Governo solicitará às Nações Unidas o envio de um contingente para fiscalizar a formação das forças da lei e ordem. Uma fonte da Operação das Nações Unidas em Moçambique (Onumoz) aplaudiu o resultado, mas classificou-o de «tremendo desafio» para as Nações Unidas, que, segundo informações disponíveis, tem os cofres quase vazios e conta apenas com fundos para funcionar até à próxima terça-feira.

Dhlakama regressou já a Maringue, seu quartel-general, assegurando que doravante a sua presença em Maputo será regular e sempre que a situação assim o justificar.

Entrevista com João da Costa, dirigente da oposição na Guiné-Bissau

“PAIGC vai perder as eleições de 1994”

PÚBLICO, 8.9.93

António Soares Lopes,
em Bissau

João da Costa é uma das figuras cimeiras da oposição na Guiné-Bissau. Antigo companheiro de Amílcar Cabral e ministro durante sete anos, considera ilegítimo o poder de “Nino” Vieira e desastroso o seu regime. Apela a que os dirigentes da oposição coloquem os interesses da mudança acima das estratégias pessoais.

Candidato às eleições presidenciais previstas para Março do próximo ano, João da Costa, 52 anos, esteve à frente da pasta da Saúde desde a proclamação da independência pelo PAIGC, em 1973, até ao golpe de

Estado de “Nino” Vieira em 1980. Faz parte da geração de guineenses que, na década de 60, se juntaram a Amílcar Cabral para lutar pela independência da Guiné e de Cabo Verde.

Tem um recorde de detenções durante o regime de “Nino” Vieira — quatro vezes preso e sem culpa formada. Acusa os seus antigos “companheiros de armas” de não quererem a democracia e de traírem os princípios de Cabral, que considera actuais em termos de concepção de desenvolvimento. Hoje lidera uma força política, o PRD — Partido para a Renovação e Desenvolvimento, em grande parte organizado graças a antigos militantes do PAIGC.

João da Costa revela ao PÚBLICO que durante as duas primeiras detenções foi torturado, tendo ficado “a pão e água durante duas semanas”. “[Na segunda vez] fui raptado em minha casa, à boa maneira estalinista, durante a noite, por agentes da segurança de Estado, algemado, seviciado e mantido na prisão sem culpa formada du-

rante 18 meses.”

Para João da Costa, o actual PAIGC é um partido “subversivo” que desenvolve toda uma estratégia para inviabilizar a mudança, infiltra agentes no partido da oposição, desestabiliza a sociedade, criando casos, como o alegado “complot” de 17 de Março, para neutralizar adversários. “[Como] tentaram fazer comigo”, diz Costa, que exige julgamento até porque, lembra, o incidente custou a vida de um oficial do Exército e compete agora aos tribunais esclarecer a verdade sobre dita intenciona.

A ilegitimidade de “Nino”

A primeira acusação que João da Costa faz ao presidente João Bernardo Vieira “Nino” é ter usado da violência das armas em Novembro de 1980 (o golpe de Estado que derrubou o presidente Luís Cabral e motivou a ruptura com Cabo Verde) para resolver um problema que podia ter sido decidido pela via do diálogo. Manifesta-se clara-

mente contra todos os actos que conduzam à violência e defende que sem democracia não pode haver desenvolvimento.

Acusa ainda o poder de não ter tomado as devidas medidas sociais para diminuir o impacto da Política de Ajustamento Estrutural (PAE) junto das populações mais desfavorecidas e dos próprios trabalhadores da função pública “que hoje, como a maioria do povo, têm uma vida miserável, sem nenhuma perspectiva”.

Na sua análise sobre o estado de atraso em que se encontra o país, o líder do PRD diz que o mesmo é fruto de má governação, ausência de uma política própria de desenvolvimento. “Se o homem é o sujeito principal da nossa acção, não devemos penalizá-lo de forma tão dura como se vem fazendo na Guiné-Bissau”, sustenta Costa, que vai mais longe, afirmando que “o PAE só serviu para o enriquecimento rápido de meia

Continua na pág. 5

Nem tudo são rosas

PÚBLICO, 11.9.93

DEPOIS DA festa, os moçambicanos estão de ressaca. De balalaze, como eles dizem. O optimismo gerado pelo encontro de Chissano e Dhlakama já começou a ser posto à prova e ninguém acredita que possa haver eleições dentro dos próximos 14 meses.

A aplicação das medidas acordadas vai custar tempo e dinheiro, e os financiadores estão impacientes. Também se podem esperar mais demoras na reunião multipartidária para debate da lei eleitoral, que voltou anteontem a ser interrompida. Tempo levará igualmente a rediscussão da proposta da Renamo quanto à comunicação social, proposta abordada sem sucesso entre os líderes na semana passada e remetida a posterior encontro. Essa ocasião poderá surgir já no início do próximo mês, quando Afonso Dhlakama voltar a Maputo.

Outra pretensão que a Renamo quer retomar é a criação do Conselho Económico e Social, “órgão soberano e deliberativo em todo e qualquer sector económico nacional”. Apresentada a Chissano, a proposta encontrou uma oposição tão radical que nem sequer chegou a ser mencionada a nível oficial. Ao

CES competiria ratificar os actos praticados nos processos de privatização e de investimento estrangeiro a realizar, bem como ratificar os actos que envolvem investimento nacional nos sectores das minas, energia, pescas, florestas, turismo, banca e seguros.

O Conselho Económico

Também competiria ao Conselho controlar e fiscalizar a aplicação dos financiamentos contraídos pelo Estado, assim como dos recursos provenientes da ajuda humanitária. Composto prioritariamente pelo Governo e pela Renamo, o CES só teria que responder perante o Chefe de Estado, o primeiro-ministro e o presidente da Resistência. Como era de esperar, esta proposta da Renamo foi firmemente rejeitada.

Chissano e Dhlakama discordaram igualmente quanto à criação de uma Alta Autoridade para a Comunicação Social, destinada à supervisão e controlo da isenção dos órgãos de informação estatais. Sintomática do mal-estar que esta proposta da Renamo causou entre os jornalistas foi a reacção do diário in-

dependente “mediaFAX”, divulgando extractos do texto da Renamo, sob o título “Uma Proposta de Censura”.

Quanto aos pontos acordados, trata-se agora de proceder à sua aplicação, que não deixará de ter os seus espinhos. Segundo o Presidente Chissano, só a instalação dos assessores da Renamo junto dos governadores provinciais custará mais de meio milhão de dólares, que ainda vai ser preciso encontrar.

Pontos problemáticos

Para o representante especial de Butros Butros-Ghali em Moçambique, Aldo Ajello, a prioridade deve agora ser concedida ao acantonamento e desmobilização dos dois exércitos e à aprovação da lei eleitoral. Contudo, ambos os pontos parecem problemáticos. Embora o Governo se declare pronto a acantonar as suas forças “em qualquer altura”, a Renamo não está preparada para tal sem previamente confirmar que a nomeação dos assessores lhe trará as desejadas garantias de imparcialidade da administração territorial.

Necessitada de tempo para organizar o aparelho partidário para as eleições, a Renamo não tem pressa. De passagem por Maputo, Afonso Dhlakama pouco interesse demonstrou pelos destinos da multipartidária, lanterna vermelha do moroso processo.

No entanto, a multipartidária bem precisa de uns empurrões. Anteontem parou de novo, pela enésima vez. Há semanas que a reunião marca passo na discussão do artigo relativo à composição da Comissão Nacional de Eleições.

Frustradas as tentativas de alcançar consenso em plenário, o presidente do fórum, o ministro da Justiça, Osumane Aly Dauto, empreendeu uma série de encontros restritos que pareciam render bons resultados. Inesperadamente, quinta-feira a Resistência recusou comparecer num desses encontros, alegando que a situação era confusa. Ali Dauto zangou-se, acusou a Renamo de violar o acordo de cavalheiros vedando o recurso a posições de força, e suspendeu de novo a multipartidária. Desta vez, sem data de reabertura. ■

José Pinto de Sá,
em Maputo

União multirracial vai fiscalizar Governo sul-africano até às eleições de 1994

Mandela pede fim das sanções

PÚBLICO, 9.9.93

A África do Sul deu um passo determinante na difícil e sangrenta transição para a democracia representativa com a criação de um órgão multirracial de fiscalização do Governo branco até às eleições de 27 de Abril de 1994. Nelson Mandela apelou de imediato ao levantamento das sanções que desde há mais de 20 anos a comunidade internacional decretou para isolar o regime de "apartheid".

O fórum multipartidário de negociações que tem vindo a reunir-se desde há meses na África do

Sul aprovou, na terça-feira à noite, em Joanesburgo, a criação de um Conselho Executivo de Transição (TEC) que fiscalizará a governação do país no período que leva até às eleições do próximo ano, as primeiras em que brancos e negros terão os mesmos direitos.

O TEC, de que farão parte vários partidos negros, entre eles o Congresso Nacional Africano (ANC), de Nelson Mandela, terá poderes de veto limitado sobre decisões governamentais durante o período de campanha eleitoral, mas permite que o Governo de minoria branca conserve o controlo operacional das forças de segurança.

"Isto é um dos passos finais na destruição do 'apartheid'", disse Cyril Ramaphosa, negociador do ANC. Rolf Meyer, o representante do Governo, disse que a criação do TEC é um compromisso no sentido de "nivelar o terreno de jogo", antes das eleições, sem forçar o Governo a abdicar da sua soberania.

O TEC, que deverá começar a operar apenas dentro de dois meses e que se extingue imediatamente após as eleições de 27 de Abril, dá campo de manobra ao Governo e às forças anti-racistas, lideradas pelo ANC, para cooperarem nos arranjos eleitorais, num ensaio geral do que será a necessidade de cooperação num futuro governo de coligação. A diferença, dizem os observadores, é

que o governo será o "sócio maioritário" até às eleições, enquanto o ANC espera ficar com esse papel depois da ida às urnas.

A criação do TEC, há muito aguardada e que constitui mais um passo na liquidação de três séculos de total domínio branco na governação do país, levou de imediato Nelson Mandela a apelar ao fim das últimas sanções ainda em vigor contra Pretória, pela sua política de separação racial. "Não tenho dúvidas de que a comunidade internacional responderá positivamente", disse Mandela, que se encontrava ontem de visita à Cidade do Cabo.

O levantamento das sanções, mais do que a retoma na normalidade dos laços comerciais da África do Sul com o resto do mundo, permitirá acima de tudo o acesso do país a contactos com o Fundo Monetário Internacional e com o Banco Mundial, até agora vetados pelos Estados Unidos. Segundo especialistas, a África do Sul vai necessitar de contrair urgentemente grandes empréstimos internacionais para lançar projectos públicos de investimento e combater a recessão económica, motivada pela fuga de quadros e capitais para o estrangeiro.

O TEC, apesar de difícil gestão, não é, nem de perto nem de longe, o governo de transição com que o ANC sonhava, tendo essencialmente funções consultivas. Terá ainda o inconveniente de ser uma máquina pesada, tal como o

actual fórum multipartidário de negociações, com um representante por cada uma das múltiplas formações políticas sul-africanas, além de sete "subconselhos".

O momento da verdade surgirá quando o TEC entrar em funcionamento, mais para o fim do ano. O seu início está subordinado a um acordo sobre a Constituição provisória, cujas negociações no quadro da Codesa (Conferência para uma África do Sul Democrática) estão ainda por concluir. O documento deverá ser a lei fundamental do país até pelo menos ao ano 2000, durante os cerca de cinco anos que durar o Governo de unidade nacional saído das eleições de Abril. A Constituição deverá ser aprovada no Parlamento, onde os negros não estão ainda representados, dentro de mais ou menos um mês.

Mandela e De Klerk continuam isolados

O principal problema continua, porém, a residir no facto de todo o processo e seus êxitos, incluindo agora o TEC, estar a ser apoiado apenas pelo ANC, por um lado, e pelo Governo de Frederik de Klerk. Tanto a extrema-direita branca como a comunidade negra zulu, ou os "bantustões" criados durante os anos de

Continua na pág. 6

Continuação da pág. 4

'PAIGC vai perder as eleições de 1994'

dúzia de pessoas em detrimento da maioria".

Lamenta que as tabancas (aldeias), "baluartes da luta pela independência", continuem privadas de electricidade e confinadas ao esquecimento, sem um abastecimento normal de produtos, sem escolas, e sem assistência médica e medicamentosa condigna para as crianças.

Defende a necessidade da moralização da sociedade, realçando que a corrupção e o suborno estão institucionalizados. Prefere não adiantar nomes "por enquanto", mas ameaça fazer revelações durante a campanha eleitoral.

As dificuldades da oposição

Quanto às eleições, o político guineense afirma não ter dúvidas em como o PAIGC vai ser derrotado nas legislativas e o

seu candidato às presidenciais vencido — "seja ele quem for", sublinha.

Reconhece, no entanto, haver dificuldades no seio da oposição para se chegar a uma coligação que não deve dar ao poder quaisquer hipóteses de influenciar negativamente o país. "Temos esta missão histórica e não pode haver projectos pessoais a sobrepor ao objectivo da mudança", considera João Costa, para quem mudança significa "o fim do esbanjamento dos dinheiros do tesouro público, a separação dos diferentes poderes, com total independência dos tribunais, e o fim da lei da força e da ideia cultivada do quero, preso e mando".

Confrontado com uma tese defendida por algumas pessoas de que "Nino" Vieira, em último caso, pode ser um factor de estabilidade, Costa refuta-a veementemente, dizendo que tal afirmação só se pode justifi-

car pelo medo de "Nino" vir a usar de novo as armas em caso de derrota.

"A estabilidade constrói-se a partir de uma governação séria e capaz, sem a instrumentalização do poder sindical, das forças militares e policiais e o respeito pela pessoa humana, tudo coisas que o poder não quer", observa. E pergunta: "Como se pode ser factor de estabilidade e praticar sistematicamente a subversão e o abuso do poder?" Questões que diz deixar à consideração da opinião pública.

Inquirido acerca do programa e do posicionamento ideológico do seu partido, João da Costa refere que o mundo das ideologias já desapareceu, não há divisões estanques e, por isso, o PRD tem um projecto social virado para as classes mais desfavorecidas e dimensionado para tornar o campo motor do desenvolvimento. Assim, pensa tra-

var o actual êxodo rural e a superconcentração de pessoas na capital.

No seu entender, a solução dos problemas do atraso e da pobreza que afligem os guineenses passa pela sua própria capacidade de trabalho e de produção de riqueza e não pela ajuda externa, pela adesão a qualquer zona monetária, como "o poder tem vindo a sugerir nos últimos tempos". No plano externo defende uma política de "interacção regional realista", na base da complementaridade, e privilegia o reforço das relações com os principais parceiros de desenvolvimento do seu país, designadamente Portugal, Suécia, Holanda, França e CE.

João da Costa fez questão em concluir a entrevista com uma mensagem aos portugueses: "Acreditem na Guiné-Bissau, não somos um país pobre, nem de gente pobre." ■

'Diplomacia paralela' na África do Sul

ALBERTO João Jardim encontra-se, desde ontem, na África do Sul, numa viagem organizada à margem do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Embaixada de Portugal naquele país. Numa atitude habitualmente classificada de «diplomacia paralela», o presidente do Governo Regional da Madeira deverá avistar-se com dirigentes dos partidos ANC e Inkatha, que representam a esmagadora maioria da população negra.

Oficialmente, Jardim desloca-se à África do Sul para participar no congresso da chamada «Academia do Balcão», que representa alguns

dos principais núcleos de emigrantes portugueses, entre os quais avulta a vasta comunidade de madeirenses. Chegado ao princípio da tarde de ontem a Joanesburgo, Jardim deslocou-se de imediato a Lost City, uma cidade localizada no bantustão Bophutatswana, onde se realiza o congresso. Na tarde de domingo, o líder madeirense participa numa festa organizada pela Casa da Madeira de Joanesburgo.

Na segunda-feira, pelas 10 horas da manhã, Alberto João Jardim avista-se com Walter Sisulu, o «número dois» do ANC, na sede deste partido. Realizada à margem do MNE

EXPRESSO, 4.9.93

e da Embaixada de Portugal em Pretória, esta audiência, segundo o EXPRESSO apurou em Joanesburgo, foi solicitada por um conhecido empresário madeirense radicado na África do Sul. Jardim não será recebido pelo líder histórico do ANC, Nelson Mandela, que terá alegado compromissos de agenda inadiáveis. É muito provável que o presidente do Governo madeirense também se aviste com algum dirigente do Inkatha, o partido de etnia zulu, liderado por Mangosuthu Buthelezi.

Em Março passado, Jardim esteve na África do Sul,

para assinar um acordo de cooperação com a administração do Transvaal. A assinatura do acordo suscitou muitas reservas em círculos do Palácio das Necessidades, e mereceu a crítica pública por parte do ANC.

Recorde-se que por ocasião do 10 de Junho o Presidente da República enviou um representante pessoal à África do Sul, para participar nas comemorações do Dia das Comunidades. O programa do comandante Homem de Gouveia foi preparado pela Embaixada. O assessor de Soares para a Marinha avistou-se com Mandela e com Buthelezi, audiências de que, no entanto, deu conhecimento ao embaixador de Portugal, Jorge Rito.

José Pedro Castanhela

Novo acordo na África do Sul

OS NEGROS sul-africanos estão mais perto do poder. Um acordo permitiu a criação de um «Conselho Executivo de Transição» (TEC) para supervisionar a implantação de um regime democrático

em simultâneo com o Governo e que será constituído por um membro de cada uma das 23 organizações que negociam a nova Constituição.

O Conselho, além de abrir a porta ao primeiro Governo multirracial da história da África do Sul — o que levou já o ANC a pedir o levantamento das sanções internacionais —, é o primeiro resultado concreto das negociações sobre o futuro do país que se desenrolam

há meses. A democracia continua, no entanto, dependente de um acordo global sobre o texto da nova Constituição, o que poderá levar meses. O Partido Conservador (radical) como o movimento zulu Inkhata, de Buthelezi, manifestaram-se contra. O primeiro prometeu uma «guerra civil» se o TEC fôr instalado, e o segundo que não acataria a sua autoridade nos territórios por si controlados.

Continuação da pág. 5

Mandela pede fim das sanções

«apartheid», estão contra tudo isso, antevendo-se um futuro cada vez mais complicado, à medida que a data das eleições se aproxima.

A extrema-direita branca acusa de Klerk de abandono e encara o TEC como «uma declaração de guerra», cuja resposta, segundo as ameaças sempre repetidas, é a guerra total e a criação de um contragoverno exclusivamente branco e a secessão da África do Sul.

Quanto aos zulus, comandados pelo seu chefe, Mangosuthu Buthelezi, sentem-se igualmente marginalizados em todo o processo negocial e continuam a envolver-se cada vez mais em lutas sangrentas com o ANC, as quais vêm causando a morte de dezenas de pessoas por dia. Falando a partir de Ufundi, capital do território autónomo do KwaZulu, Buthelezi continua a avisar que, por este caminho, a guerra civil, entre negros, será inevitável. Já morreram mais de 10 mil pes-

soas devido à violência política nos últimos três anos e meio.

Dois dos bantustões (territórios negros, estados artificiais criados pelo regime de minoria branca) considerados como «independentes» por Pretória e que devem, em princípio, reintegrar o todo sul-africano quando das eleições de Abril — o Bophuthatswana e o Ciskei —, já disseram que recusam participar no TEC. Mais dizem que nos seus territórios, com um total de 3,3 milhões de habitantes, vão

organizar o seu próprio escrutínio do próximo ano.

Buthelezi, líder do Inkhata, a principal formação política zulu, não participa nas conversações multipartidárias desde Julho e ameaça boicotar o escrutínio. Ele e de Klerk deverão ter um encontro dentro de uma semana, podendo ser essa a última oportunidade para trazer a nação zulu para o todo de uma nova África do Sul democrática e multirracial. ■

Walvis Bay devolvida à Namíbia

PÚBLICO, 9.9.93

ÁFRICA DO Sul e Namíbia chegaram a acordo sobre a transferência da soberania do enclave de Walvis Bay a partir de 1 de Março próximo. A data foi fixada num encontro em Pretória entre os ministros dos Negócios Estrangeiros sul-africano, Pik Botha, e namibiano, Theo-Ben Gurirab.

Os habitantes desta cidade portuária situada nas costas da Namíbia serão con-

sultados sobre a transferência, em data a determinar. Questões como o estatuto dos funcionários sul-africanos e propriedade das instalações portuárias serão abordadas em futuras reuniões.

O enclave permaneceu sul-africano depois da Namíbia se ter tornado independente em 1990, tendo sido administrado conjuntamente pelos dois países a partir de Novembro do ano passado.

A Namíbia foi colónia alemã até 1919, altura em que foi colocada sob mandato sul-africano, mas Walvis Bay era directamente administrada pela cidade do Cabo, então colónia inglesa.

Walvis Bay, mais de 500 quilómetros ao norte da fronteira com a África do Sul, é o único porto de águas profundas na costa da Namíbia. ■

Parlamento aprova transição

PÚBLICO, 13.9.93

O PARLAMENTO sul-africano reúne-se a partir de hoje numa sessão extraordinária de 10 dias, para aprovar os projectos de lei relacionados com as primeiras eleições multirraciais do país, marcadas para 27 de Abril do próximo ano.

O texto mais importante a ser examinado diz respeito ao Conselho Executivo de Transição (CET), estrutura multipartidária que dará aos sul-africanos de todas as cores o direito de vigiar os actos do Governo, enquanto não forem apurados os resultados das eleições para uma Assembleia Constituinte.

A aprovação parlamentar deste texto por brancos, indianos e mestiços (que negros ain-

da não há na actual assembleia legislativa) é desde já dada como certa, apesar da oposição do Partido Conservador e de alguns deputados brancos afectos ao partido negro Inkatha.

O CET, porém, só será uma realidade quando os diversos partidos em negociação, a começar pelo Nacional, de Frederik de Klerk, e pelo ANC, de Nelson Mandela, chegarem a entendimento sobre as grandes linhas de uma Constituição interina, destinada a reger o país durante os cinco anos de Governo de Unidade Nacional que se deverão seguir às eleições de 94.

Este fim-de-semana, o ministro dos Assuntos Constitucionais, Roelf Meyer, julgou

possível que em meados de Outubro haja um acordo sobre o projecto de Constituição, desde que se façam concessões, designadamente no que diz respeito aos poderes das futuras regiões, tema muito querido ao partido Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi.

Em Novembro haverá nova sessão extraordinária do Parlamento e talvez seja então aprovado o projecto de Constituição interina, confirmando a existência do CET e a realização de eleições em Abril, eleições essas em que o ANC vai tentar ficar com cerca de 52 por cento dos lugares na Constituinte e o Partido Nacional gostaria de conseguir perto de 20 por cento.

Um dos diplomas em debate nos próximos dias cria uma comissão eleitoral, de personalidades independentes, encarregada de fiscalizar o processo eleitoral e de proclamar os resultados do escrutínio. Enquanto outros visam a isenção dos meios audiovisuais e da imprensa escrita.

Entretanto, o movimento negro de extrema-esquerda Congresso Pan-Africano (PAC), que poderá dificultar ao ANC a conquista de uma maioria absoluta dos votos, se acaso conseguir cativar mais de 10 por cento do eleitorado, fez desfilar unidades paramilitares no Transkei e no Ciskei, no trigésimo segundo aniversário do seu braço armado, o Exército de Libertação do Povo da Azânia (APLA, segundo a sigla em inglês). ■

WELCOME BACK!

By BARBARA RUDOLPH

WHEN THE DEAL WAS FINALLY done, exhausted negotiators jumped to their feet and burst into applause. After weeks of debate and wrangling, representatives of South Africa's political parties, black and white, agreed last week to create a 20-member, multiracial, multiparty transition council—with blacks in the majority—to supervise the existing government until free elections are held on April 27. For the first time, the watchdog council will give 30 million black South Africans a measure of power and legitimacy within the country's political system; its installation, perhaps as soon as the middle of October, will definitively mark the end of 45 years of white rule. "It is a historic moment," said Cyril Ramaphosa, secretary-general of the African National Congress. "This is one of the final steps in bringing down the edifice of apartheid."

By no coincidence, another important step is expected almost simultaneously. After the white-dominated Parliament approves the transitional council this week—no difficulty is predicted—the A.N.C. has promised it will call for the termination of international economic sanctions. South Africa's painful 30-year isolation from the world community will finally come to an end. Anticipating that moment, A.N.C. president Nelson Mandela last week made an urgent plea for foreign firms to help repair the wreckage of the long anti-apartheid struggle. "We need massive investment," he told a group of South African businessmen in Cape Town. Lifting sanctions, Mandela said, would be "an important psychological step" toward renewal.

Ideologues and historians will long debate the role that sanctions played in bringing an end to the white-dominated state, but there is no doubt the ban took a heavy economic toll. Most member countries of the United Nations levied formal bans against South African investment, prohibitions that were buttressed in the U.S. by similar bans on the part of 179 lo-

THE ECONOMIST, 29.9.93

calities and states. Even after George Bush proclaimed the formal end of U.S. sanctions in 1991, many of those strictures remained in place. Countless private firms also decided to wait until they received an official go-ahead from the A.N.C. Experts estimate that sanctions have cost South Africa \$27 billion in trade and investment.

But will those who fought so long to close off the spigot have the same success at opening it back up? Even with Nelson Mandela's imprimatur, money is unlikely to come gurgling into South Africa soon. First investors will want to weigh the risks and prospects on the new political landscape. "Like others, we're reading the tea leaves before we decide what to do," said a spokesman for IBM, which sold its operations to a local concern known as ISM in 1987. The most intimidating burden that prospective investors face is the continuing level of factional violence, most of it black against black. Only a day after the pact on the transitional council was reached, another random outbreak shattered the night in Johannesburg. In two separate attacks, gunmen with automatic weapons sprayed buses loaded with homeward-bound black commuters, killing 21. The toll of factional violence has reached 1,500 deaths since 1990.

Along with political bloodshed, the amount of serious crime—murder, rape and armed robbery—has almost doubled in the past six years. Nearly 1,000 South Africans apply for gun licenses every day. "What's the use of South Africa getting its credibility back in the world if all the world can hear from us is the rattle of an AK-47?" asks Jonathan Brown, a Johannesburg engineer. "What's the use if all we can offer is a wasteland?"

Then there are the economic barriers. South Africa has been in recession for four years—a condition undoubtedly worsened by sanctions as well as by a steep fall in the international price of gold and precious metals. The economy has been contracting since 1990, while the country wallows in \$17 billion worth of short-term debt. The unemployment rate hovers at 48%—hardly a siren

call for investors. A.N.C. leaders have further unsettled foreign and domestic corporations with talk of nationalizing key industries and levying hefty new taxes on the rich—meaning whites. Skeptics point to the tepid response after 1991, when Europe and the U.S. lifted their formal bans on South African investment. One reason for the minimal interest among U.S. and other business planners is that with the collapse of communism, the economic boom in China and the new religion of free-market economics in Latin America, they have a lot of options to choose from. Says a European Community official in Brussels: "Investment doesn't flow just because politicians tell it to."

THAT COULD CHANGE AFTER THE April elections. For one thing, a key residual sanction will be dissolved: a U.S. veto over International Monetary Fund and World Bank loans to South Africa. That change will move the country back into the fold of legitimate borrowers and help alleviate the internal financial crisis. It will also give the go-ahead to private banks and financial institutions to resume lending. For their part, A.N.C. leaders have lately been toning down statist economic talk and have started hoisting the banner of profitability. Trevor Manuel, the A.N.C.'s chief economic planner, told a group of executives last week that "there is money to be made here." The A.N.C. will propose new tax incentives to foreign investors after the April elections, he suggested, provided companies offer benefits and training programs for workers.

Finally, there is the lure of the country itself. With its established industrial base, sophisticated telecommunications system, excellent airports, rails and roads, South Africa is still the economic powerhouse of Africa. Under multiracial rule it will be a nation of 40 million consumers and the keystone of a southern continental region encompassing the black-ruled countries farther north. Service and consumer industries will probably succumb to that lure first: they have the least to lose, compared with manufacturing firms, and the most to gain quickly. But only if South Africa's violence subsides. Unless that happens, the long-awaited gush of investment is likely to remain a trickle. —With reporting by Peter Hawthorne, Cape Town and Jay Peterzell, Washington

What Are the Americans Doing?

THE ECONOMIST, 20.9.93

ONE FLOOR BELOW THE NEGOTIATORS HAMMERING OUT A PACT ON SOUTH AFRICA'S transition council at the Johannesburg World Trade Center, businessmen from 150 U.S. companies and 10 U.S. states were gathered last week for a landmark trade show. Corporations large and small displayed everything from shampoo and ball bearings to portable toilets and pinball machines. All manner of blue-chip names were in attendance: Johnson & Johnson, Coca Cola, Timken and Kellogg. "The potential is there," says Jan Pieterse, an executive at Upjohn, the Michigan-based pharmaceutical firm. "With South Africa able to play an important role, this is no longer the lost continent."

The sheer size of the gathering was testimony to the continuing American interest in South Africa, seven years after the U.S. Congress enacted its economic boycott of the country. Nearly 170 firms, including Pan Am, Uniroyal and IBM, sold or closed their South African operations between 1985 and 1990. Since the Bush Administration repealed the bulk of those sanctions in 1991, many have gradually filtered back. During the past year Lotus, Microsoft, Tambrands and 24 other U.S. firms have opened offices, established subsidiaries or placed representatives in South Africa. "We get calls every day from companies that are thinking about going back in," reports William Moses, an analyst at the Investor Responsibility Research Center in Washington. Coca Cola is said to be close to announcing a deal to set up manufacturing operations in the



WORKER-OWNED COKE PLANT, 1989: Not the real thing

country. Risking serious money has been another matter. Since 1991, only 28 American companies have made new, direct capital investments in South Africa. More have joined the total of 419 firms that have set up low-risk, nonequity deals, which give them a presence in the marketplace but no substantial stake in the economy. Among them are information-technology companies such as Advanced Logic Research.

Many of the companies might be interested in moving faster, but they are restrained by a complex network of sanctions back home below the federal level. States, cities, pension funds, universities and sundry other public and semi-public bodies have economic prohibitions against dealing with South Africa that remain in effect even though the federal sanctions are lifted. They have often added penalties for any corporations that they deal with, or hold stock in, that break the ban. "If you're Xerox and you want to sell machines to the California government, you're not going to risk that for what might be marginal business in South Africa," says Gay McDougall, a member of the Washington-based Lawyers' Committee for Civil Rights Under Law.

It may be even longer before the billions of dollars in U.S. pension and mutual funds start to move. Jarrod Wilcox, an executive at Boston-based Battery-march, a money-management firm with \$5 billion in assets, says his company will wait a year or so before making substantial investments in the country. "Even though South Africa's long-term future could be bright," Wilcox says, "there might be three or four years of turbulence before a new order takes hold."

Not everyone is so cautious. Some jurisdictions are expected to ante up quickly to show their support for a new multiracial government. New York City, for one. Once organizations like the A.N.C. give the nod, says Leland Jones, a spokesman for Mayor David Dinkins, the Big Apple could scuttle its prohibitions within 30 to 60 days. That would put managers of \$50 billion in New York City pension funds on notice that they can give Nelson Mandela some of the help he is asking for.

—Barbara Rudolph. Reported by Peter Hawthorne/Cape Town and Sylvester Monroe/Los Angeles

Aviso a Mandela

PÚBLICO, 12.9.93

O PRESIDENTE do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, reuniu-se ontem com representantes do movimento neonazi AWB, de Eugène Terre'Blanche, que o ameaçaram de represálias no caso de ataque à extrema-direita branca da África do Sul.

O encontro, a pedido do Movimento de Resistência Afrikaner (AWB), decorreu num hotel de Beaufort West, pequena cidade da província do Cabo, enquanto 40 militantes daquele movimento para-militar se mantinham nas proximidades do edifício.

A saída, Ferrus Monro, comandante adjunto do AWB na província do Cabo, declarou à imprensa ter lançado um aviso ao chefe do ANC: "Se tocarem num só cabelo que seja de um conservador branco, responderemos duramente".

Monro acrescentou que Mandela o tentou convencer de que o ANC trabalha a favor da paz.

Na véspera, o Presidente Frederik de Klerk fizera um dos seus mais veementes ataques a Mandela, dizendo que o movimento por ele dirigido tem grande responsabilidade pela violência política na África do Sul.

"O senhor Mandela continua a insultar-me com as suas declarações de que não quero saber da vida dos negros" — desabafou o Presidente, ao abrir no Transvaal o congresso provincial do Partido Nacional, que desde 1948 se encontra no poder.

"O Governo não se poupa a esforços para dominar a violência. Mas já o mesmo não se pode dizer do ANC" — acrescentou De Klerk, que acusou o grupo de Mandela de fomentar a agitação ao persistir numa política de marginalização do partido Inkatha, liderado pelo chefe zulu Mangosuthu Buthelezi.

Esta semana o Presidente da República deverá conferenciar com Buthelezi, a fim de o convencer a aceitar o Conselho Executivo Transitório (CET), entidade multipartidária que a partir de agora — e até às eleições do próximo ano — deverá fiscalizar as actividades do Governo. ■

Violência na África do Sul

PELO MENOS 63 pessoas morreram em actos de violência política desde que na quinta-feira os sul-africanos deram as mãos numa manifestação de apego à paz e à tranquilidade. A situação tem sido particularmente má na província do Natal, onde os zulus, o maior grupo étnico do país, se dividem entre os que apoiam o ANC, de Nelson Mandela, e os que seguem o Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi. Mas também não é muito melhor em Tokoza e Katilehong, já perto de Joanesburgo, na província do Transvaal. ■

PÚBLICO, 7.9.93



Zaire queixa-se da Marinha de Angola

PÚBLICO, 7 9 93

O GOVERNO do Zaire denunciou incursões efectuadas na semana passada pela Marinha de guerra angolana, que teria entrado nas suas águas, junto à foz do rio Congo.

Kinshasa decidiu "protestar o mais energicamente possível" contra "os actos perpetrados pelas forças navais de um país amigo" — disse o ministro da Comunicação e da Imprensa, Ngongo Luwovo, segundo o qual pescadores zairenses sofreram sérias perdas por parte dos marinheiros dos Angola que patrulhavam as proximidades do Soyo [localidade em poder da UNITA].

Anteriormente, o Governo zairense protestara contra "as múltiplas declarações" angolanas no sentido de que Kinshasa estaria a

conceder apoio logístico à UNITA.

Enquanto isto, Jonas Savimbi falou por telefone com o secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, e com o subsecretário de estado norte-americano para os Assuntos Africanos, George Moose, para lhes manifestar a sua disponibilidade de acatar um cessar-fogo em data a determinar — anunciou o delegado do respectivo partido nas Nações Unidas, Marcos Samondo.

Ao mesmo tempo, a UNITA lançou mais algumas centenas de soldados no assalto ao Cuíto, segundo a Rádio Nacional de Angola, no dizer da qual durante a noite de domingo para ontem caíram um bom milhar de granadas de artilharia na cidade

sitiada, tendo morrido pelo menos uns 50 civis.

Dezoito mil mortos no Cuíto

Calcula-se que desde há oito meses já houve 18.000 mortos no Cuíto, devido aos combates, às doenças e à ausência de alimentos, de que são vítimas tanto angolanos como estrangeiros, incluindo a comunidade portuguesa ali existente.

Parece ter-se frustrado, entretanto, uma nova tentativa de estabelecer o diálogo entre o governo de Luanda e Nzita Tiago, presidente histórico de uma das facções mais importantes da guerrilha independentista de Cabinda, FLEC-FAC. As autoridades francesas, segundo

disse ao PÚBLICO uma fonte independentista, recusaram visto a Bonifácio Zenga, um responsável da organização que há três dias dissera ao "Jornal de Angola" que iria partir esta semana para

Paris, à frente de uma delegação, "para que o diálogo entre a organização [FLEC-FAC] e o governo de Angola seja um facto consumado". A iniciativa surgira na sequência da libertação de Vítor Gomes, o chefe de estado-maior das forças da guerrilha, que Nzita mandou prender há cerca de dois meses, acusando-o de conluio com a FLEC-Renovada, a outra facção independentista armada que actua em Cabinda. [Ver entrevista nesta mesma página]. A libertação de Vítor Gomes ficou-se a dever à pressão do "grosso dos guerrilheiros", segundo o jornal angolano. ■

Bispo de Cabinda fala ao PÚBLICO dos anseios autonomistas

"96 por cento da população gostaria de ser independente"

PÚBLICO, 7 9 93

Jorge Hutor

O bispo de Cabinda é uma figura moderada, que acima de tudo defende o diálogo entre a população do território e o Estado angolano, mas reconhece que a esmagadora maioria do seu rebanho gostaria de ser independente; e que quase nada lucraria com a exploração do petróleo, principal fonte de divisas de Luanda.

D Paulino Fernandes Madeca, nascido há 65 anos em Cabinda, onde é desde há 10 o primeiro bispo (anteriormente só lá havia vigários episcopais, auxiliares do arcebispo de Luanda), disse-nos ontem em Lisboa que "96 por cento da população do enclave gostaria de ser independente, ou pelo menos de gozar do direito à autodeterminação".

Figura relativamente

moderada mas sem papas na língua, tolerada pelo Presidente José Eduardo dos Santos, o prelado não se inibe de afirmar que os cabindas gostariam de ser "livres tanto do jugo colonial como de novas colonizações", que se "passou de uma colonização para outra" (da portuguesa à angolana, entenda-se) e que se "vive hoje muito pior do que no tempo da colonização portuguesa".

D. Paulino não quer, porém, ser ele próprio a reivindicar que os cerca de 300.000 habitantes da província angolana onde nasceu gozem de direito à independência, procurando antes acentuar que é "pelo diálogo com o Governo, por um consenso, para que tudo se resolva sem agressões, sem guerras". E considera que se o diálogo ainda não foi mais longe é, pelo menos em parte, por culpa das facções em que se divide a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), designadamente a FLEC Renovada, de Tibúrcio Luemba, e a FLEC/Forças Armadas de Cabinda (FAC), de Nzita Tiago.

A população é sempre o bode expiatório dos conflitos entre as Forças Armadas Angolanas e a FLEC ou a UNITA. Os militares voltam-se contra ela, pelo que logo que ouve um barulho deixa as aldeias e foge para o mato — contou ao PÚBLICO o bispo de Cabinda, segundo o qual a guerrilha separatista actua em especial

nas profundezas da floresta de Maiombe.

Quanto às acusações governamentais de que alguns dos 15 sacerdotes cabindas que exercem o seu múnus na diocese são colaboradores da FLEC, o prelado comentou: "Não são simpatizantes da guerrilha, são defensores do povo". Um povo que em grande parte fala o ifote que D. Paulino julga parecer-se mais com algumas populações do Zaire e do Congo do que com as populações angolanas existentes mais a sul.

O problema de Cabinda é um dos muitos problemas do artificialismo das fronteiras que a África herdou da Conferência de Berlim realizada em 1885 — considerou o bispo, que na quinta-feira regressa a Angola, depois de haver estado na cidade italiana de Verona a submeter-se a exames médicos de rotina.

"Na nossa terra não se vive bem, e aí é que está o cerne da questão, a fome de independência. No tempo colonial explorava-se e comercializava-se o óleo de palma, as madeiras, o café. Hoje ninguém mais se interessa por esses produtos. Não há comercialização. Surgiu o petróleo e tudo o resto ficou para trás. Com a nacionalização, deixou de haver comércio particular, lojas privadas" — disse D. Paulino, ao explicar que a generalidade dos

cabindas pouco tem ganho com o petróleo local, principal fonte de divisas do Estado angolano, ao ponto de afirmar: "O petróleo corre e nós vamos sofrendo".

As vezes até há fome no interior de Cabinda — admitiu. Mas também observou que nem tudo é culpa de Luanda: "Ultimamente o Governo tem-se esforçado, mas há quem procure enriquecer à custa do povo, pelo que a população está cada vez mais revoltada". Ou seja, José Eduardo dos Santos e os seus ministros bem podem tomar algumas medidas favoráveis àquela província, mas a cupidez de muitas estruturas intermédias, de muitos funcionários, leva a generalidade dos cabindas a viver na penúria e com postos de saúde escassos em medicamentos.

"Falo abertamente e não tenho problemas. Geográfica, histórica e culturalmente, Cabinda não se integra em Angola. Só através do diálogo é que se resolve este problema. Talvez um referendo ajudasse a solucionar o caso. É preciso que o povo se pronuncie livremente" — acentuou-nos ainda o bispo, cujo rebanho abrange 60 por cento da população do território, pertencendo a restante a outras confissões cristãs.

"Quanto mais se demorar um diálogo justo e fraterno mais ódio haverá" — insistiu D. Paulino, que há mais de 18 anos, ainda antes de haver sido bispo auxiliar da arquidiocese de Luanda, com residência em Cabinda, defende o direito do seu território natal a "escolher um caminho", sem intimidações.

No entanto, note-se que existem cabindas em altos cargos do Estado angolano, como os ministros da Defesa, Pedro Maria Tomha, "Pedale", e do Interior, André Pitra, "Petroff". Uma certa forma de atenuar os anseios separatistas. ■

UNITA ignora MNE português

O telefonema que nunca existiu

PÚBLICO, 9.9.93

NA MANHÃ da última sexta-feira, quando a delegação da UNITA em Lisboa pediu ao gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros os telefones "mais directos" de Durão Barroso, explicou que a diligência se destinava a facilitar um contacto do próprio Jonas Savimbi. A partir desse momento, teve início uma espera infrutífera: Savimbi, que entretanto estabeleceu contactos telefónicos com Mário Soares — a quem garantiu a segurança dos portugueses no Cuito e anunciou a deslocação a Lisboa de uma delegação da UNITA — e Butros-Ghali (ver p. 9), não chegou a falar para o Palácio das Necessidades.

Entretanto, na tarde da mesma sexta-feira, era divulgado um comunicado do Comité Permanente da Comis-

são Política da UNITA, no qual se referia a vinda da delegação a Lisboa antecipada no telefonema de Savimbi a Soares, para uma série de reuniões com "instituições portuguesas" e uma "audiência com Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa". Sobre eventuais contactos com o Governo português, nomeadamente com o ministro dos Negócios Estrangeiros, nem uma palavra.

O Palácio das Necessidades não oferece qualquer explicação para o telefonema que nunca veio nem para o "esquecimento" do MNE no comunicado da Comissão Política da UNITA. O facto é que a delegação do movimento de Savimbi em Lisboa não tinha, até à tarde de ontem, desenvolvido qualquer diligência no sentido de assegu-

rar encontros entre os dirigentes vindos do Huambo e a diplomacia portuguesa.

No MNE, a estranheza e o mal-estar causados pelo silêncio da UNITA são acentuados pelas perspectivas abertas numa reunião entre representantes do movimento em Lisboa e altos funcionários do Ministério.

O encontro deu-se na última quinta-feira — véspera do telefonema de Savimbi a Soares —, quando Adalberto da Costa Júnior, que responde pela UNITA em Lisboa, foi chamado ao Palácio das Necessidades. O assunto foi a situação dos portugueses retidos pela guerra civil angolana no Cuito e a possibilidade de criar condições de segurança para uma operação de evacuação terrestre. Segundo fontes diplomáticas contactadas pelo PÚBLICO, a reunião

"correu muito bem".

Não teve foi qualquer seguimento. Enquanto ainda esperava pelo anunciado telefonema de Savimbi, o Ministério dos Negócios Estrangeiros português intensificou contactos com os representantes da Cruz Vermelha Internacional em Angola, solicitando-lhes que averiguassem uma eventual alteração das condições de segurança no Cuito, que permitisse pôr em marcha o repatriamento dos portugueses. Isto depois de Savimbi ter dito a Mário Soares que garantia a sua segurança.

Até ontem, o MNE não tinha recebido da CVI indícios de que teriam sido alteradas as condições no Cuito, pelo que a evacuação dos portugueses se mantém em "stand by". Também em "stand by" continuam os responsáveis políticos nas Necessidades, à espera que a UNITA manifeste a intenção de pôr os dirigentes que vêm a Lisboa em contacto com responsáveis governamentais portugueses. ■

Joaquim Trigo de Negreiros

Audiência em Belém é único compromisso certo de Ben Ben em Lisboa

UNITA começa por Soares

PÚBLICO, 8.9.93

Joaquim Trigo de Negreiros*

Qual o papel do Governo português nos contactos a desenvolver pelos enviados que Savimbi mandou a Lisboa? Ontem, a pergunta continuava sem resposta. Para já, o principal objectivo do general Ben Ben, que comanda a delegação, parece ser o Palácio de Belém, onde a representação da UNITA em Lisboa fez já chegar um pedido de audiência.

Uma delegação da UNITA chefiada pelo chefe do Estado-Maior das FALA, general Arlindo Chenda Ben Ben, deverá chegar ainda esta noite a Lisboa para uma série de contactos com responsáveis políticos portugueses. A delegação, que ontem se encontrava em Abidjan, integra, além de Ben Ben, o secretário-geral da UNITA,

Eugénio Manuvakola, e o secretário para a Informação, Jorge Valentim.

Os compromissos dos dirigentes da UNITA em Lisboa continuam envolvidos em grande secretismo, justificado com "razões de segurança" pela representação do movimento de Jonas Savimbi em Lisboa. Ontem, no entanto, o PÚBLICO apurou já ter sido solicitada uma audiência ao Presidente da República. O MNE, por seu turno, não confirmou nem desmentiu, até ao fim da tarde de ontem, qualquer diligência da UNITA no sentido de assegurar um encontro entre a delegação chefiada pelo general Ben Ben e o ministro Durão Barroso.

Admite-se ainda que Ben Ben, Valentim e Manuvakola possam aproveitar a sua passagem pela capital portuguesa para contactos com diplomatas dos EUA e da Rússia, que, com Portugal, compõem a "troika" de observadores do processo de paz angolano. Esses contactos seriam facilitados pela circunstância de se realizar amanhã, em Lisboa, mais uma reunião da "troika".

A "troika", na qual Portugal tem sido representado pelo secretário de Estado da Cooperação, Briosa e Gala, será desta vez composta pelo director de serviços para a África Sub-Sahariana do Ministério portu-

guês, António Senfelt, e pelos directores adjuntos dos departamentos que tratam dos assuntos relacionados com a África Austral no departamento de Estado norte-americano e no MNE russo.

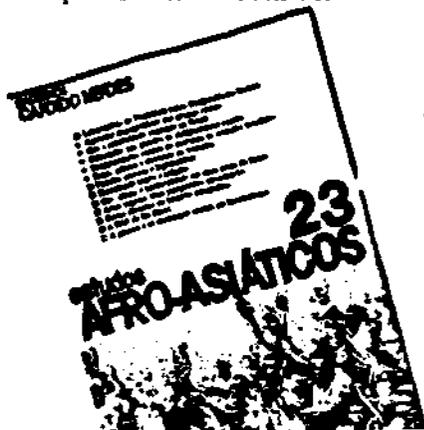
Aguarda-se também a deslocação a Lisboa, para esta reunião e para um possível encontro com a delegação da UNITA, de Robert Cabelly, principal conselheiro do sub-secretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, George Moose. A vinda de Cabelly assume especial importância, uma vez que este colaborador de Moose manteve uma série de contactos recentes em Luanda, onde na semana passada esteve com representantes do Governo angolano e com o representante especial de Butros-Ghali em Angola, Alioune Beye.

A reunião da "troika", por um lado, e a coincidente deslocação dos enviados de Jonas Sa-

vimbi dão-se sob o "fantasma" de uma data: 15 de Setembro, dia limite estipulado pelo Conselho de Segurança para um regresso das partes à mesa das negociações e para um cessar-fogo em Angola. Em jogo está o mandato da missão das Nações Unidas no terreno (UNAVEM II), que poderá não ser renovado. Sobre a UNITA paira o espectro de sanções e do definitivo isolamento internacional.

Na última sexta-feira, o próprio Jonas Savimbi telefonou a Mário Soares para dizer, entre promessas de protecção aos portugueses que continuam retidos pela guerra no Cuito, que pediria a Butros-Ghali que marcasse uma data para o cessar das hostilidades. A mensagem, que já chegou a Nova Iorque, foi recebida com cepticismo por Luanda. E o resultado concreto dessas movimentações passa agora por Lisboa. ■

* com Lusa



**FAÇA JÁ
SUA
ASSINA-
TURA**

Enviados de Savimbi chegaram ontem e só são recebidos em Belém

PÚBLICO. 9.9.93

Soares sim, Governo não

Joaquim T. de Negreiros

O MNE fê-los esperar pelos vistos e já avisou: a delegação da UNITA não será recebida por nenhum membro do Governo. Diz que receber Ben Ben, Valentim e Manuvakola seria alinhar em "manobras de propaganda". Soares, que não pensa assim, concede hoje uma audiência aos enviados de Savimbi.

A delegação da UNITA enviada por Jonas Savimbi a Portugal não será recebida por nenhum membro do Governo. Chefiada pelo general Ben Ben, chefe do Estado Maior das FALA, a delegação chegou ontem à noite a Lisboa e tem já agendada para hoje de manhã uma audiência com Mário Soares.

Ontem, depois de o Presidente da República ter decidido adiar o regresso à sua casa algarvia do Vau para poder receber Ben Ben, Jorge Valentim e Eugénio Manu-

vakola no Palácio de Belém, o Ministério dos Negócios Estrangeiros fez saber que os enviados de Savimbi tinham autorização para entrar no país, mas não serão recebidos por Durão Barroso no Palácio das Necessidades. E explicou porque.

Ao recusar a audiência pedida pela UNITA (ver caixa), o MNE invoca dois tipos de argumentos. Por um lado, alega que os esforços de mediação a cargo do representante especial de Butros-Ghali para a questão angolana "não devem ser prejudicados por eventuais propostas apresentadas fora das sedes próprias de negociação ou por quaisquer campanhas de diversão ou de mera propaganda". Por outro, recorda as "acusações caluniosas" dirigidas pela UNITA "contra um órgão de soberania português e contra o povo português em geral" — Ben Ben chamou "burro", "neo-salazarista" e "corrupto" a Cavaco Silva e classificou os portugueses residentes em Angola como "exploradores do povo" — e acusa o movimento de Jonas Savimbi de manter retidos contra a sua vontade cidadãos portugueses nas zonas de conflito e de impedir que lhes seja distribuído auxílio humanitário.

Ou seja: o Governo português diz que não está disposto a receber uma delegação que já o insultou, que só tem dificultado os esforços para ajudar os cidadãos nacionais retidos em Angola e que apenas pretendia, com esta deslocação, instrumentalizar a

posição de Portugal no conflito e envolver Lisboa numa ofensiva de propaganda à margem do processo negocial, com o intuito de reconquistar simpatias internacionais cada vez mais remotas.

Por isso mesmo, os contactos da delegação da UNITA com diplomatas portugueses estarão estritamente limitados à equipa do MNE que amanhã toma parte em mais uma reunião da "troika" de observadores do processo angolano, que desta vez ocorre em Lisboa. Portugal estará representado na reunião pelo director de serviços da África Sub-Sahariana, António Senfeli. Admite-se ainda que os enviados de Savimbi se avistem com os representantes do MNE russo e do Departamento de Estado norte-americano que estarão em Lisboa para o referido encontro.

Nos meios diplomáticos portugueses, ninguém acredita numa simples "coincidência" entre a vinda da delegação da UNITA a Lisboa, sede do encontro da "troika" de observadores, e o fim próximo do prazo concedido pela ONU para o cessar das hostilidades e o regresso das partes à mesa das negociações. O prazo termina na próxima quarta-feira, dia em que Angola volta à agenda do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ver pág. 11).

Sob o espectro de uma condenação em Nova Iorque, a UNITA estaria empenhada numa ofensiva diplomática "paralela", da qual seriam peças-chave os telefonemas de Savimbi

a Mário Soares e a Butros-Ghali, feitos na última sexta-feira e recheados de declarações de boa vontade do líder da UNITA, quer em relação aos portugueses no Cuito, quer em relação a um cessar-fogo com data a determinar pela ONU.

Savimbi corre o risco de não ter de esperar pelas decisões do Conselho de Segurança para enfrentar uma condenação mais dura do seu movimento. Admite-se que o comunicado final da "troika" possa, já amanhã, conter um endurecimento de posições em relação à UNITA.

Na capital angolana, as expectativas de que isso venha a acontecer aumentaram na última terça-feira, quando, em entrevista à Luanda Antena Comercial, Durão Barroso deixou no ar a possibilidade de virem a ser adoptadas medidas energéticas contra a UNITA, que responsabilizou implicitamente pela continuação da guerra em Angola.

O ministro português não enunciou as "medidas energéticas" possíveis. Venâncio de Moura, o chefe da diplomacia angolana, encarregou-se recentemente de apresentar o "menu" que Luanda gostaria de ver adoptado: embargo de armas à UNITA, suspensão de qualquer actividade nos países membros da ONU, encerramento de delegações e congelamento de bens.

Foi para combater este cenário que Ben Ben, Valentim e Manuvakola ontem desembarcaram em Lisboa. Tendo para já como único trunfo a garantia de que Mário Soares os recebe hoje em Belém. ■

"Suspense" até ao fim

PÚBLICO 9.9.93

TUDO COMEÇOU na última sexta-feira, quando Jonas Savimbi telefonou a Mário Soares e anunciou a deslocação a Portugal de uma delegação de "alto nível" da UNITA. A representação do movimento de Savimbi em Lisboa chegou a contactar o MNE, anunciando que Savimbi também telefonaria a Durão Barroso. O telefonema nunca veio e o mal-estar instalou-se nas Necessidades.

Entretanto, na mesma sexta-feira, era divulgado um comunicado da Comissão Política da UNITA em que se fazia referência à vinda da delegação, para contactos com "instituições" portuguesas. Sobre possíveis contactos com o Governo, nem uma palavra.

Iriam os homens de Savimbi encontrar-se com Durão Barroso? No princípio desta semana, o silêncio da UNITA e do MNE deixava tudo em aberto. Entretanto, na segunda-feira, Ben Ben, Valentim e Manuvakola solicitavam, na embaixada portuguesa em Abidjan, vistos de entrada em Portugal.

No dia seguinte, sem que os vistos tivessem ainda sido emitidos, a representação da UNITA em Lisboa pedia ao MNE que concedesse uma audiência à delegação. O pedido foi feito por telefone e a repre-

sentação recebeu instruções para o fazer por escrito. O que foi feito ontem de manhã (ver ilustração).

Entretanto, ainda antes de receber o "não" oficial do MNE ao pedido de audiência, a UNITA renovava o pedido de vistos, desta vez através da embaixada de Portugal em Paris, para onde entretanto tinham voado os enviados de Savimbi. Indignado com a demora na concessão dos vistos, Adalberto acusava o Governo português de "má fé", e de "alinhamento completo com o MPLA".

A autorização para a entrada da delegação em Portugal acabou por vir, ao princípio da tarde de ontem, a tempo da delegação da UNITA apanhar o último avião para Lisboa. Nessa altura já se sabia que nenhum membro do Governo português a receberia. Mas persistiam versões desencontradas sobre a audiência negada. Com Adalberto da Costa Júnior a insistir tê-la pedido há uma semana, quando esteve nas Necessidades e foi recebido pelo chefe de gabinete de Briosa e Gala. E o MNE a garantir que, naquela ocasião, o representante da UNITA se limitara a dizer que "esperava poder anunciar para breve a materialização da intenção da passagem por Lisboa" de uma delegação do movimento de Jonas Savimbi... ■ J.T.M.

UNITA
MPLA
MPLA

UNIDADE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
Rua do Carmo, 117 - 1250 Lisboa
Tel. 218 27 14, 218 27 15, 218 27 16, 218 27 17

A representação da UNITA em Portugal vem, por este meio, a pedir ao V. Ex.º, informando que a deslocação de uma delegação de alto nível da UNITA a esta país com os seguintes objectivos:

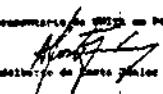
- estabelecer um entendimento de cooperação com os portugueses, com o Governo português e colaborar com as Comissões Portuguesas e Angolanas;

• telefonar sobre propostas concertadas no âmbito da aproximação de Paz em Angola;

apresentar o pedido para apresentar competentes

representantes.

O representante da UNITA em Portugal

Assinado por: 

Adalberto da Costa Júnior

A pedido do MNE, a UNITA explica-se

Palavras de paz, acções de guerra

PÚBLICO, 9.9.93

A UMA semana da reunião do Conselho de Segurança da ONU sobre Angola, e a um mês do começo das chuvas que bloquearão as operações militares de envergadura, intensificam-se os combates no Planalto Central angolano. E, complementarmente, as declarações e iniciativas diplomáticas de ambos os beligerantes.

A UNITA fez deslocar para o Cuito colunas de blindados e peças de artilharia, vindas do Norte, para apoiar três batalhões de reforço lançados na batalha segunda-feira, anunciou ontem a rádio oficial angolana. "Os combates são muito mais violentos desde há dois dias e concentram-se na parte sul da cidade", disse à France Presse um adido militar ocidental em Luanda. O palácio do governador estaria ainda nas mãos das forças governamentais, que ontem anunciaram ter abatido 56 soldados da UNITA. Terça-feira, fora noticiada a morte de 35 crianças, após um obús ter destruído a casa onde se abrigavam.

A batalha do Cuito está a provocar uma situação de catástrofe mais grave ainda que a do Huambo, conquistada por Savimbi em Março. Ainda que os números não possam ser controlados, as estimativas de organizações humanitárias apontam para algo entre 15 e 18000 mortos — em combate, por fome e por doença.

"A ferocidade dos combates poderia significar que a UNITA, que controla cerca de 70

por cento do território, quer conquistar o Cuito, custe o que custar, e ganhar uma vantagem suplementar no plano militar, antes da reunião do Conselho de Segurança", escreve a jornalista Marie Sanz, da AFP.

Mas, por outro lado, prossegue Sanz, "certos diplomatas não excluem que o Governo procure também exagerar a acção da UNITA no Cuito, de forma a fazer pressão indirecta sobre a comunidade internacional".

Especialistas militares em Luanda têm assinalado que as Forças Armadas Angolanas (FAA) recuperaram nos últimos meses de algumas das suas desvantagens provocadas pela desmobilização parcial que se seguiu aos Acordos de Paz, aparecendo mais bem equipadas e disciplinadas. Mas a recuperação seria ainda limitada. A contra-ofensiva lançada a partir da costa contra as posições da UNITA na região do Huambo parece estar a esgotar-se. Não é credível que as forças governamentais alcancem a capital do Planalto Central antes do começo da estação das chuvas, que suspenderá por meses a sua progressão.

Um dos chefes militares de Savimbi, general Dembo, proclamou aliás, terça-feira na rádio Vorgan, que a situação militar continua a ser "favorável à UNITA", apresentando a negociação directa entre ambas as partes como única solução para Angola.

Telefones não param

No plano diplomático, com a proximidade da reunião do Conselho de Segurança (ver PÚBLICO de 1 de Setembro), a UNITA e o Governo relançaram as iniciativas diplomáticas, junto da ONU, países africanos, Portugal (ver pag. 6) e Estados Unidos.

Nenhuma das partes quer ser responsabilizada pela recusa de negociações. Por isso se multiplicam, subitamente, as palavras de paz. Para Luanda, é vital obter uma nova condenação da UNITA pela ONU. Para a UNITA é igualmente vital fugir a tal condenação.

O Governo de Luanda não deseja perder a legitimidade que conquistou após as eleições, o reconhecimento por Washington, as resoluções do Conselho de Segurança, o levantamento do embargo de armamento.

Savimbi espera que a supremacia territorial se torne um facto consumado que lhe permita negociar em bases favoráveis, ou seja, independentes dos resultados eleitorais do ano passado.

Depois de ter falado, sexta-feira, com Mário Soares, o líder da UNITA tem estado em contacto com o secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, e com o subsecretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, George Moose.

Segundo Jardo Muekala, de-

legado da UNITA em Washington, Savimbi "garantiu aos líderes políticos que o protocolo de Abidjan serviria como base de novas negociações", e terá expresso o desejo de um cessar-fogo incondicional, mantendo as tropas as posições que ocupam no momento da trégua. Note-se que o protocolo de Abidjan não foi subscrito pela UNITA, o que motivou a ruptura das negociações na Costa do Marfim. É um dos obstáculos ao cessar-fogo foi a recusa de Savimbi em aceitar a extensão da administração governamental às zonas que controla militarmente. Neste ponto, a posição actual não divergirá muito da expressa em Abidjan.

Da parte do Governo, chega uma mensagem simétrica. A retomada das conversações entre as duas partes "depende apenas de uma declaração formal desse partido [UNITA] dizendo estar disposto a discutir a paz, tendo como referência os Acordos de Bicesse", disse ontem à Lusa João Miranda, vice-ministro das Relações Exteriores.

Enquanto, em Lisboa, a UNITA inicia a sua ofensiva diplomática, está em Luanda Robert Cabelly, enviado especial da Administração Clinton, para "relançamento do diálogo e não para apresentar novas propostas", especificou Miranda, que pediu um papel mais activo por parte de Washington. ■

COMBATES EM CABINDA — Sete militares angolanos foram mortos durante confrontos ocorridos na semana passada entre forças governamentais angolanas e guerrilheiros da FLEC-Renovada (ramo do movimento independentista de Cabinda, chefiado por José Tibúrcio), anunciou um dirigente rebelde em Brazzaville. Os combates, que terão decorrido na localidade de Siamazi, no Sul do enclave, provocaram três feridos entre os elementos da FLEC. Segundo a mesma fonte, as autoridades militares angolanas "concentraram importantes efectivos" em diversas zonas do enclave, "na previsão de eventuais negociações entre o Governo e os movimentos independentistas".

PÚBLICO, 8 9 93

Editorial

Vicente Jorge Silva

Razões para falar

PÚBLICO, 9.9.93

A RECUSA do ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, em receber a delegação da UNITA é uma atitude perfeitamente compreensível e baseada em argumentos políticos e éticos indiscutivelmente pertinentes. A UNITA não só tem feito declarações insultuosas em relação ao Governo de Lisboa e manifestado o maior desprezo pela sorte dos portugueses retidos em zonas de guerra em Angola, como

demonstra um assinalável oportunismo nesta sua "démarche" diplomática, efectuada num momento em que a organização de Jonas Savimbi enfrenta sérias dificuldades no plano militar e se encontra votada ao isolamento pela comunidade internacional. Com efeito, a UNITA descobre uma súbita vocação pacifista nas vésperas de uma reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas que, segundo todas as previsões, deverá condenar em termos muito duros a actuação daquele movimento.

No entanto, as razões negativas e justas que levaram o ministro dos Estrangeiros a rejeitar o encontro com a UNITA poderiam tê-lo levado a tomar uma atitude igualmente dura e intransigente — mas pela positiva. Durão Barroso deveria ter aproveitado a oportunidade para, fa-

ce a face com os enviados de Savimbi, exprimir de viva voz e sem qualquer equívoco a posição do Governo português e confrontar a UNITA com as suas responsabilidades no plano humanitário e político. A diplomacia portuguesa só ganharia em aceitar o repto, voltando o feitiço contra o feitiço e advertindo a UNITA sobre os riscos de uma condenação sem apelo da comunidade internacional. Durão Barroso teria, além disso, a oportunidade de anunciar formalmente aos enviados da UNITA a impossibilidade de aquele movimento continuar a manter actividades em Portugal enquanto não for dada resposta à situação dos nossos compatriotas em zonas de guerra.

Portugal só tem vantagens em manter as portas abertas para o diálogo, até para acentuar a superioridade moral das suas

razões e dos interesses que representa, sem esquecer ainda que estão em jogo as vidas de portugueses ameaçados pela fome e pela guerra. Não somos apenas subscritores dos acordos de Bicesse, ao mesmo nível que os Estados Unidos e a Rússia. Somos a antiga potência colonizadora de Angola e mantemos com Angola laços afectivos, culturais e económicos absolutamente singulares. O facto de os Governos de outras capitais terem recusado o diálogo com os enviados de Savimbi não justifica idêntica recusa da parte de Lisboa, por mais legítimas e compreensíveis que sejam as razões do Governo português. Portugal e os seus governantes não deverão estar com Angola apenas nos momentos de glória — como foi esse, tragicamente fictício, de Bicesse. ■

São Tomé

PÚBLICO 9.9.93

Trovoada recebe emissário de Savimbi

O SECRETÁRIO adjunto da UNITA para os Negócios Estrangeiros, general Paulo Lukamba Gato, esteve ontem em São Tomé, para entregar uma mensagem de Jonas Savimbi ao Presidente Miguel Trovoada, numa etapa da vertente africana da nova ofensiva diplomática do movimento rebelde angolano.

Sempre que se tratou de conhecer iniciativas concretas em curso, o general Paulo "Gato" deu um "show" de leonismo. No espaço de três horas, fez duas conferências de imprensa. Uma, à chegada ao aeroporto, após ter desembarcado na companhia de Marques Kakumba, o poderoso homem da UNITA em

Abidjan, cujas relações de amizade com o Presidente Trovoada, são conhecidas. A segunda, no Palácio do Povo, após cerca de hora e meia de conversações com Trovoada.

Ambas serviram para reiterar um discurso sobre a "total disponibilidade (da UNITA) para discutir todas as soluções conducentes a um acordo global, duradouro e definitivo". Considerou os Acordos de Bicesse "uma das bases a partir da qual se iria proceder às rectificações necessárias". Sublinhou, contudo, que não é a única base para negociações, posição em relação à qual declarou, aliás, não haver divergências entre Governo e UNITA.

À beira do prazo-limite fixado pelo Conselho de Segurança da ONU, Paulo Gato optou por um tom desdramatizador quando comentou o possível levantamento formal do embargo da venda de armas a Luanda. Tal decisão afectaria gravemente o seu movimento, disse, caso este estivesse envolvido numa lógica de guerra. "Mas nós estamos sinceramente empenhados na via negocial e não vejo quais poderiam ser as consequências".

O general Gato não confirmou nem desmentiu indicações anteriores sobre uma possível cimeira africana a ter lugar nos próximos dias em Libreville, no Gabão. Definiu,

contudo, como útil e benéfico todo o contributo africano para aproximar as partes, esquivando-se a ser mais preciso. Fontes da Presidência da República em S. Tomé disseram no entanto ao PÚBLICO que a ideia, em princípio, vai mesmo por diante.

Nessa cimeira participariam, para além de S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Zâmbia, Congo e Botswana, países reconhecidos como sendo dotados de alguma capacidade de persuasão sobre a UNITA. De Libreville poderiam assim emanar propostas mais concretas de Savimbi, antes do prazo-limite fixado à UNITA pelo Conselho de Segurança. **Conceição Lima, em São Tomé**

Mais um fax misterioso

PÚBLICO, 10.9.93

A PRESENÇA da delegação da UNITA, presidida pelo general Ben-Ben, no nosso país deu ontem azo a um curioso imbróglio na Assembleia da República. Um episódio que foi denunciado pelo líder da bancada comunista e que provocou sorrisos cúmplices nos rostos de Pacheco Pereira e

Rui Carp, tidos como fazendo parte do "lobby laranja" pró-Galo Negro.

Segundo Octávio Teixeira, o presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros enviou um fax aos deputados que fazem parte deste órgão parlamentar convocando-os para participar numa reunião com

a delegação da organização de Savimbi a realizar esta manhã.

"Intolerável e inaceitável", diz Octávio. É que a circunstância de ser presidente daquela comissão não confere a António Maria Pereira o poder de a convocar. Neste momento de férias parlamenta-

res, só a Comissão Permanente da Assembleia tem legitimidade para o fazer, mediante a aprovação de um projecto de deliberação. Isto porque, entre outras razões, a deslocação de deputados acarreta gastos orçamentais com ajudas de custo, etc. Acresce o facto de António Maria Pereira ter o mandato suspenso, logo não estar no exercício das suas funções.

O certo é que a confusão acabaria por redundar num "volte-face" das intenções de Pereira, que, de convocatória formal, transformou o fax numa espécie de convite. Quem quisesse comparecer seria bem-vindo ao encontro com os homens da UNITA... a expensas suas, claro.

Por mais que tentasse, o PÚBLICO não conseguiu obter um exemplar do curioso documento. Tinha ido parar directamente a casa dos deputados da Comissão dos Negócios Estrangeiros, disseram-nos. E no grupo parlamentar da maioria garantiam que não tinha sido enviado de lá.

Sabendo que o tema abala as hostes "laranja", o líder da bancada comunista meteria ainda uma farpazinha. Afinal, a convocatória surgia "à revelia de uma decisão do Governo". A cujo partido António Maria Pereira pertence. ■

A. Sampaio

Portugueses feridos no Cuíto

PÚBLICO, 10.9.93

DOIS portugueses, pai e filho, ficaram ontem feridos no Cuíto durante a continuação dos "violentos flagelamentos" por parte da UNITA, disse o porta-voz da comunidade lusitana nessa cidade do centro de Angola, António Augusto Martins, sem no entanto pormenorizar a identidade das vítimas.

Os combates, que duram há semanas, são "cada vez mais intensos e não se pode ir buscar água a lado nenhum, nem se pode pôr a cabeça à janela", afirmou António Augusto Martins, que, via rádio, continuou a insistir no pedido para que Portugal retire os seus cidadãos na capital da província do Bié, cercada desde Janeiro pelos homens de Jonas Savimbi.

"Somos 127 pessoas, porque alguns de nós têm mulheres angolanas. Não se demorem porque a situação é insustentável", declarou o porta-voz dos portugueses. A Rádio Nacional de Angola informava entretanto que mais uma centena e meia de pessoas tinham ali morrido entre quarta-feira e ontem.

O Governo alega que a UNITA pretende assumir o total controlo do Cuíto até ao dia 15, prazo estipulado pelo Conselho de Segurança para aplicar sanções àquele partido se

entretanto a guerra não cessar em Angola. E a verdade é que desde há dois meses se combate ali com intensidade, sem que a situação se defina a favor de um ou de outro lado.

Quanto à frente do Huambo, centena e meia de quilómetros a ocidente, a UNITA continua a estar fortemente entrincheirada na cidade que em tempos coloniais se chamou Nova Lisboa, enquanto os governamentais que o mês passado avançaram a partir de Ganda, Alto Catumbela e Balombo, na província de Benguela, ainda não conseguiram, aparentemente, ir muito além de Ukuma e de Ussoque.

Ou seja, um certo triunfalismo que havia em Luanda no final de Agosto não parece ter tradução no terreno.

No resto do país, a situação não se modificou de forma substancial desde meados de Junho e o grande trunfo do Governo é continuar a controlar a província de Cabinda, cujo petróleo contribui com 90 por cento do que o Estado angolano arrecada com as exportações. É pois este território que está a aguentar o esforço de guerra, permitindo, inclusive, a defesa de várias cidades cercadas, como Malanje, Luena e Menongue. ■

PS: não a encontro formal

PÚBLICO, 10.9.93

O PS tem mantido contactos informais com a UNITA, mas se houvesse um pedido formal de audiência por parte da delegação do partido de Jonas Savimbi ele seria recusado pelos socialistas portugueses. Por isso mesmo, e porque os homens do "galo negro" estão desde ontem ao princípio da noite informados desta posição, esse pedido nunca deverá ser efectuado.

Tal não impede que vá haver contactos informais entre dirigentes do PS e da delegação enviada pela UNITA a Portugal, sendo certo que do lado socialista não estarão nem António Guterres nem o secretário das relações internacionais, José Lamego. O acerto da posição socialista foi

feito ontem à tarde no Largo do Rato, embora não existisse nenhum pedido formal de audiência por parte dos membros da UNITA, mas apenas alguns contactos exploratórios que podiam culminar nesse pedido.

Os socialistas portugueses mantêm a sua condenação e responsabilização do partido de Savimbi pelo regresso da guerra a Angola e procuram agora conservar uma posição de "low profile" durante a passagem da delegação da UNITA por Portugal. Escusam-se, como fez Guterres ontem, durante uma conferência de imprensa sobre problemas de segurança (ver p. 5), se quer a comentar a recusa do Governo em conceder uma

audiência à delegação chefiada pelo general Ben-Ben e a atitude contrária do Presidente da República. "A nossa principal preocupação é a vida dos portugueses no Cuito", acrescentou o secretário-geral do PS.

Mas entre os socialistas portugueses há também quem ainda não tenha esquecido a "má educação" revelada no ano passado por Jonas Savimbi, ao não receber Guterres em Luanda, quando o líder do "galo negro" ainda estava na capital angolana, nos meses prévios às eleições ganhas pelo MPLA. E, embora haja a preocupação do PS de "não fechar todas as portas", a decisão é a de recusar encontros formais. ■ D.M.

PCP critica Soares

PÚBLICO, 10.9.93

O SECRETARIADO do PCP emitiu ontem um comunicado em que "lamenta profundamente que o Presidente da República tenha considerado oportuno receber a delegação da UNITA". No mesmo texto, aquele organismo regista "positivamente que o Governo não a tenha recebido".

Reafirmando a ideia de que o executivo de Cavaco Silva "há muito (...) deveria ter feito cessar as actividades

da UNITA em Portugal", o Secretariado do PCP classifica a visita da delegação, chefiada pelo general Ben-Ben, como "uma operação hipócrita e de diversão", com a finalidade de "iludir a opinião pública sobre as suas criminosas responsabilidades pela onda de destruição e de morte que tem varrido" Angola.

Apesar desta visita se apresentar como aquilo que classifica de "súbito assomo

"pacifista", a direcção do PCP frisa que ela se realiza no momento em que a UNITA "atenta contra a segurança e a vida de cidadãos portugueses e mantém reféns no Cuito", para além de se encontrar "cada vez mais isolada no plano internacional", quando se aproxima uma reunião do Conselho de Segurança da ONU para discutir a situação angolana. ■

... e CDS ataca MNE

PÚBLICO, 10.9.93

DEPOIS de mais de duas horas de reunião entre dirigentes do CDS-PP e os enviados de Jonas Savimbi, na sede centrista, coube a Krus Abecasis comentar o não do Governo português ao pedido de audiência formulado pela delegação da UNITA. "Não há o direito de ignorar a importância desta delegação", afirmou Abecasis, entre duras críticas à posição assumida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Definindo diplomacia como a arte da "paciência para além da paciência", o dirigente centrista lembrou a presença de cidadãos nacionais em Angola e manifestou a convicção de que a "impaciência" de Durão Barroso custará caro a Portugal.

Como "mediador" — Abecasis utilizou repetidamente esta expressão pouco precisa, já que o Governo português é observador, cabendo a media-

ção do processo de paz angolano às Nações Unidas — Portugal deveria "ouvir sempre as duas partes", mantendo permanentemente aberta a porta do diálogo.

Com Manuel Monteiro ausente na Irlanda, a recepção à delegação da UNITA no Largo do Caldas foi assegurada por Paes Afonso, Luís e Manuel Queiró e Vasco d'Orey, para além de Krus Abecasis. ■

Ben-Ben em Lisboa 'Nova proposta da UNITA viabiliza Bicesse'

RODEADO por muitos agentes da PSP e aguardado por um grande número de jornalistas, o general Ben-Ben disse ontem à noite, à chegada a Lisboa, que a delegação da UNITA que chefa vem a Portugal expor "uma nova proposta" de paz que "viabiliza Bicesse".

Ben-Ben, que chegou de Paris acompanhado por Jorge Valentim e Eugénio Manuvakola, membros da comissão política da UNITA, não adiantou pormenores sobre a "nova proposta", mas confirmou as instruções de Jonas Savimbi no sentido de que seja assegurada protecção aos portugueses no Cuito. "Na minha qualidade de chefe do Estado-Maior das FALA", afirmou, "recebi uma ordem do alto comando para proteger os portugueses".

Questionado sobre o significado da audiência de hoje com Mário Soares, reagiu com naturalidade: "Houve uma abertura e nós vamos falar com quem nos quiser ouvir". A respeito da recusa já manifestada pelo Governo português em receber os enviados da UNITA, não fez comentários, limitando-se a repetir a intenção de "falar claro, com quem quiser ouvir". (ver pág. 6) A rápida sessão de perguntas foi interrompida quando um elemento da UNITA conduziu os enviados de Savimbi para fora do aeroporto.

A questão da chegada da delegação da UNITA a Lisboa terá sido certamente abordada, ontem, no encontro entre o Presidente da República e o primeiro-ministro, sendo provável que Cavaco Silva tenha comunicado a Soares a intenção do Governo de não receber a delegação do movimento de Savimbi. A notícia não terá caído bem no palácio cor-de-rosa, tanto mais que desde sexta-feira passada o primeiro-ministro está informado pelo Presidente do conteúdo do telefonema do líder da UNITA em que foi anunciada a vinda a Lisboa da delegação — não tendo sido, na altura, colocada qualquer objecção por parte do Executivo. Do lado do Presidente, esta audiência de hoje vem no seguimento dos apelos que lhe foram dirigidos por portugueses detidos no Cuito, que solicitaram a sua intervenção de carácter humanitário com vista a desbloquear o repatriamento. PÚBLICO, 9.9.93

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bitencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Glória da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados para: (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable to: Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2635 - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 (Dólar comercial). We ask exchange.

IMPRESSO